

Anais do IIIº Seminário GeoÁfrica - 2025

ENTRE INVISIBILIDADES E ESTIGMAS: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA ÁFRICA E DOS NEGROS EM LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA

ANA FLÁVIA BORGES DE OLIVEIRA

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia
(PPGEO/IGESC/UFU)

anaflaviaborges97@hotmail.com, <https://orcid.org/0000-0003-2036-0487>

ADRIANY DE ÁVILA MELO SAMPAIO

Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia
(PPGEO/IGESC/UFU)

adrianyavila2@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0003-4428-8395>

RESUMO

Este trabalho constitui um recorte de uma pesquisa de mestrado já concluída e tem como objetivo analisar as Representações Sociais da África e dos negros africanos em uma coleção de livros didáticos de Geografia do Ensino Fundamental II, aprovada pelo PNLD nas edições de 2014 e 2020, mesmo após a promulgação da Lei 10.639/2003. A metodologia adotada consistiu na análise de livros didáticos, fundamentada na Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2003), e no conceito de Imagens de Controle (Collins, 2019), além de contribuições teóricas de pesquisadoras(es) negras(os) e não negras(os) que dialogam com as Geografias Negras. Os resultados indicam que, mesmo após vinte anos da referida lei, os livros didáticos ainda reproduzem discursos racistas e eurocentrados, bem como visões estereotipadas sobre o continente africano, frequentemente associado à fome, à miséria, à pobreza e ao atraso. Ademais, a população negra continua sendo representada de forma estigmatizada ou, em muitos casos, invisibilizada, enquanto a branquitude é reiterada como grupo dominante. A análise evidencia, a necessidade urgente de práticas pedagógicas e de políticas curriculares que enegreçam o ensino de Geografia, desconstruam imagens de controle e promovam uma educação antirracista comprometida com a valorização das contribuições africanas e afro-brasileiras na formação crítica da sociedade.

Palavras-chave: Educação Antirracista. Ensino de Geografia da África. Geografias Negras. Imagens de Controle. Lei 10639/2003.

INTRODUÇÃO

A Lei nº 10.639/2003 constitui um dos mais importantes dispositivos legais resultantes das lutas históricas do Movimento Negro, voltadas à construção de uma sociedade democrática, igualitária, sem racismo e baseada no respeito entre os diferentes grupos étnico-raciais. Vinte anos após sua promulgação, a lei busca romper com o mito da democracia racial, sustentado pelo discurso de que “não há racismo no Brasil” e de que “as três raças se relacionam de forma harmoniosa”, além de enfrentar os processos de invisibilização e homogeneização da África e dos negros africanos nos objetos de conhecimento presentes nos livros didáticos, frequentemente constituídos por expressões e imagens negativas e racistas.

Os professores, em sua maioria, ainda se mostram apreensivos e despreparados para abordar a temática, reproduzindo discursos a partir de um viés único, no qual os negros africanos aparecem predominantemente associados à condição de escravizados, e a África é apresentada como um “continente primitivo e pobre”. O racismo ainda presente nos livros didáticos pode ser enfrentado por meio de uma educação antirracista comprometida com a inclusão de conteúdos que problematizem o silenciamento da história da população negra, a imposição da falsa democracia racial e a folclorização do continente africano.

O artigo tem como objetivo analisar a abordagem do continente africano e dos negros africanos nos livros didáticos de Geografia do Ensino Fundamental II, a partir de uma coleção aprovada no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) nas edições de 2014 e 2020. Optou-se por não identificar a obra nem seus autores, sendo esta denominada “Coleção A”. Conforme prevê a Lei nº 10.639/2003, é possível pensar no enfrentamento do racismo e na ressignificação do currículo oficial, que historicamente dissemina uma Geografia elitista, hegemônica e eurocêntrica, sobretudo nos livros didáticos. Nesse sentido, evidencia-se a necessidade da construção de uma Geografia Negra que promova a descolonização desse material e contribua para práticas pedagógicas antirracistas.

A primeira parte deste artigo apresenta um aprofundamento das discussões entre o Ensino de Geografia e a Lei nº 10.639/2003, com destaque para as Geografias Negras e as relações raciais como fundamentos para a promoção de conteúdos antirracistas. Na segunda parte, é realizada a análise da coleção em questão e discutida a relevância do livro didático de Geografia, articulando os conceitos de Representações Sociais

(Moscovici, 2003) e Imagens de Controle (Collins, 2019), compreendidas como construções produzidas e impostas por grupos dominantes para atribuir sentidos e controlar a sociedade, mantendo determinados grupos em condições de subordinação e inferioridade, marcados por processos históricos de invisibilização e estigmatização decorrentes de um período desumano que destruiu histórias e culturas de um continente.

GEOGRAFIAS NEGRAS: PERSPECTIVAS NA CONSTRUÇÃO DE CONTEÚDOS ANTIRRACISTAS

A imagem depreciativa atribuída à população negra tem suas origens em meados do século XV, com a chegada dos primeiros europeus ao continente africano. No pensamento racista, constrói-se a ideia da existência de raças superiores e inferiores e, em nome dessa hierarquização, são cometidas inúmeras crueldades — como guerras e genocídios — que sustentam processos de dominação e exclusão em sociedades multirraciais. Essas representações negativas continuam sendo reproduzidas socialmente, uma vez que o racismo se constitui como uma ideologia cruel, socialmente construída, que impõe estigmas com o objetivo de justificar e naturalizar um dos mais violentos processos históricos de desumanização dos povos africanos e da diáspora. Conforme ressalta Munanga (2020, p. 15), “o racismo é um fato que confere à ‘raça’ sua realidade política e social”.

Para Gomes (2005), a população negra segue sendo discriminada e ocupa, majoritariamente, posições subalternas em relação à população socialmente identificada como branca. No Brasil, essa realidade é reforçada pela persistência da falsa ideia de democracia racial, amplamente difundida no período pós-abolição e ainda utilizada para justificar formas de racismo veladas e explícitas na sociedade. Discursos como “não há negros no Brasil”, “somos todos iguais e uma nação mestiça” e, de maneira recorrente, “não há racismo no Brasil”, continuam sendo mobilizados, ao mesmo tempo em que imagens estereotipadas da população negra permanecem naturalizadas no imaginário social.

Entende-se por imagem estereotipada a representação fixa, inalterada e preconcebida de um grupo ou indivíduo, utilizada para definir, limitar e hierarquizar pessoas na sociedade, além de alimentar práticas de preconceito e discriminação. Para Hall (2016, p. 190), os estereótipos constituem um “conjunto de práticas representacionais”, ou seja, um fenômeno que reduz grupos sociais a determinadas características específicas, como se fossem “naturalmente inferiores”. Tais

representações são marcadas por atributos previamente construídos, acionados de forma quase automática, sobretudo por influência dos grupos dominantes, com forte disseminação por meio da mídia.

Hall (2016) destaca ainda que os estereótipos operam por meio da separação entre o aceitável e o inaceitável, o normal e o desviante, aquilo que pertence e o que é considerado estrangeiro. Nessa lógica, indivíduos e grupos são retratados a partir de poucas características simplificadas, facilitando seu reconhecimento e enquadramento dentro da coletividade. Além de reduzir os sujeitos a traços limitados, o estereótipo se sustenta pela estratégia de “exagerar e simplificar” essas características.

Nos livros didáticos e na mídia em geral — enquanto meios dominantes de produção de sentido na sociedade — são veiculados diversos estereótipos relacionados à etnia, classe social, raça e gênero. A população negra, em especial, costuma ser associada a imagens como a do “bandido”, do “marginal” ou do “bêbado”. Ressalta-se que tais estereótipos permanecem recorrentes, a exemplo da figura da “mulata gostosa” — ilustrada pela hipersexualização da personagem “Globeleza” —, da “nega maluca”, expressão amplamente utilizada para desqualificar mulheres negras, da “negra mandona”, associada à ideia de uma mulher forte, resistente e incansável desde a infância, e da “empregada fiel”, representação da mulher negra servil, quase sempre vinculada à personagem “Tia Anastácia”, que dialoga diretamente com a imagem de controle da *mammy* (Collins, 2019).

Entre as principais reivindicações do Movimento Negro destacam-se a investigação dos materiais escolares e das matrizes curriculares no que se refere às representações racistas sobre a história da população negra e do continente africano, bem como o investimento na formação inicial e continuada de professores, historicamente insuficiente e pouco comprometida com a temática étnico-racial no contexto escolar.

A Lei nº 10.639/2003 alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao incluir, no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Africana e Afro-Brasileira”, além de prever a qualificação e o aperfeiçoamento contínuo dos docentes para o desenvolvimento desse ensino.

Instituída como uma política pública, a Lei nº 10.639/2003 objetiva garantir a ressignificação e a valorização das matrizes africanas e afro-brasileiras, fundamentais para a diversidade cultural brasileira, além de estimular práticas educativas comprometidas com a construção de uma sociedade antirracista. Contudo, sua

implementação ainda ocorre de forma parcial, em razão de diversos fatores, entre os quais se destacam a permanência de materiais didáticos permeados por imagens estereotipadas e a insuficiência de investimentos na formação docente. Tal cenário contribui para a continuidade de uma narrativa histórica eurocentrada, reproduzida desde o período colonial, expressa, por exemplo, na falsa concepção de que a África é um país, e na disseminação de informações equivocadas acerca das culturas africanas.

A abordagem étnico-racial ausente ou silenciada nos conteúdos programáticos da Geografia Escolar reforça-se na medida em que o tratamento das relações étnico-raciais e africanidades é pouco evidenciado nos materiais didáticos e, nas práticas pedagógicas de professores/as de Geografia do ensino básico, o racismo não é tratado como constructo histórico e ideológico que perpassa a própria história do pensamento geográfico (Souza, 2017, p. 212).

A questão étnico-racial no campo educacional representa a possibilidade de preenchimento de uma lacuna histórica no currículo de Geografia, ainda marcado pela invisibilidade de geógrafas e geógrafos negros nos referenciais teóricos, bem como pela presença de representações sociais estereotipadas sobre o continente africano nos livros didáticos e nos processos de formação docente.

Diante de discursos que afirmam que “na Geografia não há teóricas ou teóricos negros que abordem a questão racial como elemento constitutivo do território brasileiro”, torna-se fundamental evidenciar os processos de epistemicídio que atingem geógrafas e geógrafos negros no interior dessa ciência. Sueli Carneiro (2005, p. 97) define o epistemicídio como a “negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições da África e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade”, processo que conduz ao apagamento, ao esquecimento e ao silenciamento das histórias e culturas africanas e afro-brasileiras.

A raça, assim, permaneceu dissimulada e codificada na epistemologia geográfica. Como efeito, ao tempo que houve uma ausência de crítica e reflexão teórica do cânone geográfico sobre a raça, incorporou-se negros (indígenas e mulheres também) como objetos - e não como pontos de vista que questionavam as visões hegemônicas de Geografia (Cirqueira; Guimarães; Souza, 2020, p. 5).

Um exemplo de epistemicídio, é a ausência de referenciais de autores/as negros/as, africanos/as e afro-brasileiros/as, nos currículos das escolas, nas ementas de disciplinas e nos planos de ensino das universidades que negam a capacidade de intelectuais e autores negros de produzirem saberes.

A autora Ribeiro (2022, p. 51) mostra que para transformar esses silenciamentos e apagamentos é necessário “construir uma Geografia Negra, e descolonizar o currículo de tal disciplina”. Segundo Ribeiro (2022, p. 36), “a Geografia é essa ciência que permite trazer um novo olhar para a dimensão espacial dos conflitos e as contradições da sociedade. É resistência possibilitando o desenvolvimento de uma Geografia Negra”, [...] “é levar as obras de geógrafos/as negros/as como referencial teórico para sala de aula, e mostrar que existem pessoas negras intelectuais e produtoras de conhecimentos” (p. 51).

Geografias Negras podem ser consideradas as abordagens que tenham a preocupação de trilhar seu próprio caminho dentro das teorias, dos pensamentos, assim como das formas de se produzir uma Geografia que não mais ignore ou apresente de forma negativa a população negra (Silva, 2022, p. 46)

As Geografias Negras constituem-se a partir de múltiplas possibilidades narrativas que se contrapõem aos discursos de ódio e às práticas racistas, ao mesmo tempo em que propõem uma Geografia mais negra e mais humana, ao conferir voz e protagonismo a intelectuais e pesquisadoras(es) negras(os) no campo da Geografia.

Assim, a ideia de Geografias Negras que expressamos aqui segue o projeto dessa militância negra dos anos 80, mas, incorpora influências políticas e teóricas atuais. Além de priorizar a autoria e perspectiva negra, busca dar relevo às experiências, agências e performances do povo negro no e pelo espaço. Isso envolve justamente refletir sobre marcas e expressões desse grupo na paisagem e nos lugares, tal qual, sobre a protagonização de processos de formação e defesa territoriais, bem como inserindo estratégias pedagógicas para o ensino das relações étnico-raciais na geografia escolar. Está no âmago das Geografias Negras interpretações e o diálogo com as “geo-grafias”, “r-existências” e estratégias espaciais de grupos e dos movimentos negros (Cirqueira; Guimarães; Souza, 2020, p. 7).

Para Cirqueira, Guimarães e Souza (2020), o termo Geografias Negras refere-se à produção de pesquisadoras e pesquisadores negros, negras, brancos e brancas que buscam compreender as relações étnico-raciais, o racismo, o antirracismo e as experiências das populações negras, africanas e diaspóricas a partir da Geografia e de seus aportes teórico-espaciais.

As Geografias Negras configuram-se como uma área de estudos da Geografia fundamentada nas questões raciais e em perspectivas negras antirracistas, articulando debates produzidos por geógrafas e geógrafos negros e não negros acerca das relações raciais e dos efeitos da interseccionalidade. Essas abordagens buscam enegrecer os estudos geográficos ao incorporar outras vozes e outros sujeitos historicamente

invisibilizados pela Geografia Tradicional, marcada por referenciais brancos, elitistas e eurocêntricos.

Uma Geografia Negra e antirracista expressa olhares geográficos enegrecidos que se dedicam a identificar e interpretar as marcas históricas da população negra no espaço, construídas ao longo do tempo na relação entre passado e presente (Guimarães, 2015).

De modo geral, o negro africano e o continente africano são representados por imagens que desumanizam e produzem a inferiorização do ser negro e de um continente diverso e heterogêneo. Tais representações evidenciam que os livros didáticos de Geografia ainda operam como instrumentos de propagação de ideias racistas e eurocêntricas, sustentadas por geografias imaginativas e pelo desconhecimento da história africana anterior às invasões colonialistas do século XV. Diante disso, torna-se fundamental que o professor de Geografia, comprometido com uma prática antirracista, rompa com currículos racializados impostos e construa referenciais teóricos e debates que afirmem a importância da luta por representações sociais positivas, plurais e historicamente situadas.

A ÁFRICA E OS NEGROS AFRICANOS EM LIVROS DIDÁTICOS: RESULTADOS E DISCUSSÕES

As Representações Sociais (Moscovici, 2003) se referem aos sistemas de preconceções, imagens e valores que possuem um conceito cultural próprio e persistem das experiências individuais, que age e reage a partir de representações já produzidas anteriormente. Quando uma representação é apossada por um grupo, um partido, ou um órgão do Estado, ela é reestruturada e transformada em uma nova representação, que pode ter um novo significado ou pode reforçar significados antigos.

As Imagens de Controle (Collins, 2019) existem desde antes do período de escravização, sendo utilizadas para controle social, e sempre atualizadas ao contexto histórico e aos objetivos dos grupos dominantes. Especialmente no período do tráfico de mulheres e homens negros da África houve a criação de imagens com significados desumanizantes para justificar o sequestro, a violência, o trabalho forçado e toda forma de abuso que foi realizada. Pós-abolição da escravização houve uma mudança sutil nas imagens ideológicas do sistema de opressão, pois não houve a supressão do racismo, pelo contrário, ele continua presente e recorrentemente fortalecido por imagens atualizadas ao contexto atual.

Qual África se conhece e quais imagens estão na mente quando se refere a esse continente? Como são os negros africanos que vivem ou viveram no continente?

Em geral, as imagens, os textos e os mapas da África e dos negros africanos se apresentam nos Livros Didáticos de Geografia a partir do discurso colonial com a presença de estereótipos negativos e eurocêntricos, evidenciando um continente pobre. Comumente apresentam as mesmas imagens que dão ênfase na caracterização de uma população sofrida e em extrema miséria, com: fome, escassez hídrica, crianças desnutridas, guerras, conflitos étnicos, doenças, exclusão social, corrupção, entre outras mazelas. Apresenta-se uma África primitiva e selvagem com predominância da grande fauna e da flora exótica.

No que tange ao livro didático, denunciaram-se a sedimentação de papéis sociais subalternos e a reificação de estereótipos racistas, protagonizados pelas personagens negras. Apontou-se a medida em que essas práticas afetavam crianças e adolescentes negros/as e brancos/as em sua formação, destruindo a auto estima do primeiro grupo e cristalizando, no segundo, imagens negativas e inferiorizadas da pessoa negra, empobrecendo em ambos o relacionamento humano e limitando as possibilidades exploratórias da diversidade étnico-racial e cultural (Silva, 2001, p. 65-66).

Um outro ponto de destaque é a articulação nos capítulos que envolvem o pertencimento do Egito às grandes civilizações da África, mostrando a quebra de paradigmas até então divulgado pela mídia em geral, dando a falsa ideia de que o Egito e Marrocos, por exemplo são países europeus e não países do continente africano. Mas não mencionam, por exemplo, o desenvolvimento da antiga universidade no Marrocos, conhecida como Al-Qarawiyyin, em 859 a.C., fundada pela princesa da Tunísia, Fatima al-Fihri.

A autora Desiderio (2017, p. 83) em sua pesquisa sobre Livros Didáticos, afirma que “as pessoas são substituídas por índices, dados, tabelas, imagem-mapa”, pois não existem fotografias que ‘ilustrem’ temas sobre as sociedades africanas.

As representações predominantes sobre a África e o negro africano estão enraizadas nos discursos dos Livros Didáticos que são transmitidos para os estudantes, pois o desconhecimento e o silêncio, primeiramente sobre os países africanos não é algo sem interesses, e sim, que ajuda a abarcar o conjunto ideológico que construiu um estereótipo em relação à África e suas populações, um exemplo é a reprodução de que a África é um país, sendo necessário que essa ideia seja desconstruída, estabelecendo a existência de cinquenta e quatro países no continente africano, possuindo mais de duas mil línguas faladas.

Como afirma Anjos (2005), o continente África é mencionado com pouco destaque nos Livros Didáticos, muita das vezes presente nas páginas finais e estudado no final do ano letivo. Antes da implementação da lei no currículo escolar, alguns livros traziam manifestação explícita de racismo aos negros, ora mencionados de forma inferiorizada, ora de forma invisibilizada. É preciso uma transformação nas práticas de ensino e a descolonização do currículo, para que as relações étnico-raciais sejam inseridas no cotidiano escolar. Para isso, é necessária a formação de professores de Geografia antirracistas, capazes de refletirem com olhar mais crítico as culturas que foram e ainda são depreciadas nos currículos.

Ratts (2018), mostra que em relação a África, sua história é contada, inicialmente pela escravização, e não pela organização cultural, política e econômica, e na maioria das vezes, é retratada com aspectos pejorativos, tragédias sociais, como um continente primitivo, relacionado à fome, a miséria, folclorizado e selvagem. Essas representações negativas são impostas nas relações interpessoais dos indivíduos na sociedade e na escola, que por consequência disseminam o racismo contra os negros africanos e a África, por meio de piadas racistas e imagens estereotipadas.

Por intermédio de todas as imagens analisadas nas duas edições do PNLD 2014 e PNLD 2020 da “Coleção A” (Quadro 1), e com base nos grupos de representações de Oliveira e Sampaio (2022) e dos tipos de imagens de Mauad (2015), foi possível analisar:

Quadro 1. Análise comparativa das imagens da “Coleção A” (PNLD 2014 -PNLD 2020)

Categorias	PNLD 2014	PNLD 2020	Total
Homens negros africanos em situação positiva	11	8	19
Homens negros africanos em situação negativa	15	11	26
Mulheres negras africanas em situação positiva	06	03	09
Mulheres negras africanas em situação negativa	4	10	14
Negros/as em diáspora em situação positiva	10	16	26
Negros/as em diáspora em situação negativa	14	19	33
Pessoas brancas em situação positiva	91	70	161
Pessoas brancas em situação negativa	8	05	13
Mapas/gráficos ¹	31	21	52
Charges/caricaturas/quadrinhos ²	02	02	04
Paisagens Naturais Africanas	16	26	42
Outras imagens não relacionadas à África ou à diáspora	1030	1452	2482
Total	1239	1643	2882

Fonte: Oliveira (2023).

¹ Mapas, gráficos, charges, caricaturas e quadrinhos relacionados à África ou pessoas negras em diáspora.

² Mapas, gráficos, charges, caricaturas e quadrinhos relacionados à África ou pessoas negras em diáspora.

Como pode ser observado, houve a predominância de imagens de pessoas brancas em situações positivas, seja em cargos de prestígio ou em momentos de lazer. Foram identificadas apenas treze imagens negativas de pessoas brancas, em contraste com setenta e três imagens de pessoas negras em situações negativas. As mulheres negras permaneceram fortemente estigmatizadas: embora as africanas tenham sido representadas em nove imagens positivas, associadas a posições de prestígio social e econômico, foram identificadas quatorze imagens negativas, o que reforça estereótipos pejorativos, como a associação à escravidão, à maternidade solo, à condição de refugiadas, a trabalhos de baixa qualificação e à constante busca por recursos básicos para a sobrevivência.

Observou-se também a ocultação da mulher negra nos livros do 8º ano (PNLD 2014) e do 9º ano (PNLD 2020), evidenciando a negação da presença do corpo feminino negro nos territórios representados. Tal cenário revela, de forma nítida, a permanência de uma narrativa racista e machista na coleção analisada, que reproduz saberes hegemônicos e estereotipados nos manuais didáticos, sem mudanças significativas entre os anos de 2014 e 2020.

A partir desses dados, constata-se que o protagonismo imagético da coleção prioriza, numericamente, a representação de pessoas brancas. Na denominada “Coleção A” (PNLD 2014 e 2020), foram identificadas 42 imagens de paisagens que retratam aspectos ambientais e evidenciam a diversidade natural do continente africano, além de 52 mapas abordando temas variados sobre a África. Entretanto, as imagens de negros africanos e da diáspora em situações positivas aparecem em número inferior às imagens negativas, o que indica uma tendência racista de reforço do discurso da “inferioridade da pessoa negra”, contexto que também se mantém inalterado entre 2014 e 2020.

Foram poucas as imagens que valorizaram a população negra e o continente africano, em oposição àquelas que reforçam sua inferiorização. O quantitativo de imagens presente na “Coleção A” constrói uma narrativa que apresenta a África como selvagem e primitiva, e os negros africanos como socialmente inferiorizados e estereotipados, confirmando que os livros didáticos ainda reproduzem práticas e discursos racistas. Dessa forma, torna-se necessária a construção e a circulação de outras geografias, historicamente ocultadas ou distorcidas por séculos de racismo estrutural presente na sociedade.

Evidencia-se, portanto, a permanência do silenciamento de representações positivas sobre a África e os africanos nos livros didáticos de Geografia. Constatou-se que os negros africanos e o continente africano continuam sendo retratados por meio de

imagens negativas e em papéis sociais humilhantes, mesmo diante de algumas mudanças pontuais observadas nas edições mais recentes. Durante quase quatro séculos, a classe dominante colonizadora explorou de forma desumana, cruel e violenta a força de trabalho negra, produzindo e reforçando discursos misóginos que perpetuam a ideia da África e de sua população como inferiores, incapazes, primitivas e selvagens.

Conforme demonstram os resultados da pesquisa, as representações sociais da África e dos negros africanos nos livros didáticos de Geografia ainda se configuram como narrativas produzidas sob a perspectiva do colonizador europeu branco, que, de maneira direta, continuam a perpetuar o racismo. A população negra segue sem a oportunidade de ser representada de forma que valorize efetivamente sua história e sua cultura, sendo, ao contrário, reiteradamente desvalorizada. A sociedade, por sua vez, em grande medida, reproduz esses discursos racializados, naturalizando imagens que colocam a população negra em posições sociais subalternizadas e desprestigiadas, bem como a ideia de uma “África única”, vista como “desejável” por seus recursos naturais, mas simultaneamente “mal vista” por ser representada como subdesenvolvida e miserável.

CONCLUSÃO

As Representações Sociais (Moscovici, 2003) e as Imagens de Controle (Collins, 2019) estabelecem uma relação com os modos pelos quais sentidos são produzidos e impostos pelos grupos dominantes com o objetivo de organizar e controlar a sociedade como um todo, mantendo determinados grupos em condições de subordinação e inferioridade. Tais processos incidem sobre sujeitos historicamente invisibilizados, que carregam estigmas oriundos de um período desumano responsável pela destruição de histórias e culturas de um continente. Nesse contexto, mesmo em tempos de inovações tecnológicas, o livro didático permanece como uma ferramenta ideológica dominante, difundindo estereótipos raciais históricos que sustentam a ideologia do branqueamento como eixo estruturante do pensamento racial no Brasil, contribuindo para a manutenção de uma sociedade racista pautada por discursos prontos e por uma narrativa de “história única” produzida pelos grupos colonizadores.

Embora o Ministério da Educação, por meio do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), tenha estabelecido critérios alinhados às exigências da Lei nº 10.639/2003 com o objetivo de evitar a aprovação de obras que contenham representações racistas e negativas da população negra e do continente africano, os livros didáticos ainda omitem, de forma recorrente, a história da população negra e suas contribuições para a

formação da sociedade brasileira. Soma-se a isso a discrepância na representatividade da população negra e africana em comparação à população branca, bem como a predominância de imagens que retratam sujeitos negros em posições subalternizadas, de menor prestígio social, enquanto a África continua sendo apresentada como um continente pobre, subdesenvolvido, selvagem e folclorizado.

Mesmo diante de algumas mudanças pontuais no processo de desconstrução e ressignificação de estereótipos e ideologias racializadas, a Lei nº 10.639/2003 ainda precisa ser implementada em sua totalidade, a fim de assegurar representações sociais positivas da população negra e da África, garantindo voz aos grupos historicamente silenciados e desvalorizados. Torna-se, portanto, imprescindível a revisão e a ampliação dos conteúdos curriculares, de modo a promover a visibilidade do povo negro e a ruptura com a supremacia do eurocentrismo que ainda estrutura o currículo escolar.

REFERÊNCIAS

ANJOS, R. S. A. dos. A Geografia, a África e os negros brasileiros. *In*: MUNANGA, K. (Org). **Superando o racismo na escola**. 2ª ed., Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetizada e Diversidade, MEC/BID/UNESCO, 2005. p. 173-184.

CARNEIRO, S. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CIRQUEIRA, D. M.; GUIMARÃES, G. F.; SOUZA, L. F. de. Introdução do Caderno Temático “Geografias Negras”. **Revista da ABPN**, v. 12, n. Ed. Especial – Caderno Temático: “Geografias Negras”, p. 3-11, abr., 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/851>. Acesso em: 12 jun. 2021.

COLLINS, P. H. **Pensamento Feminista Negro**: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019. Tradução Jamille Pinheiro Dias.

DESIDERIO, R. de T. **Composições e afetos com fotoáfricas**: exercícios de pensamento na educação geográfica. 2017. 157 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/166065/001046617.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2022.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In*: BRASIL. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-62.

GUIMARÃES, G. F. De ações-resistências às ações afirmativas: lei nº 10.639/2003. In: SANTIAGO, A. R.; MACÊDO, M. de L. (Org.). **Entre narrativas e metáforas: direitos, educação e populações negras no Brasil**. Cruz das Almas; UFRB, 2015. p. 7-15.

HALL, S. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016. Tradução: Daniel Miranda e Willian Oliveira.

MAUAD, A. M. Usos e funções da fotografia pública no conhecimento histórico escolar. **Hist. Educ. [Online]**, Porto Alegre, v. 19, n. 47, p. 81-108, set./dez., 2015. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/47244/pdf_93. Acesso em: 25 fev. 2022

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2003. Editado em inglês por Gerard Duveen; Tradução de Pedrinho A. Guareschi.

MUNANGA, K. **Negritude: usos e sentidos**. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

OLIVEIRA, A. F. B. de; SAMPAIO, A. de Á. M. A representação do negro nos livros didáticos de Geografia do 8º ano do ensino fundamental: primeiras discussões. **Boletim de Geografia**, v. 39, p. 211-237, e58615, 31 jan. 2022.

OLIVEIRA, A. F. B. de. 2023. **Representações Sociais da África e dos negros africanos em livros didáticos de Geografia do Ensino Fundamental II: PNLD 2014 e 2020**. 209 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geografia, Geociências e Saúde Coletiva, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023

RATTS, A. A perspectiva do “mundo negro”: notas para o ensino de Geografia da África no Brasil. In: COSTA, C. L. (Org.). **Gênero e diversidade na escola: espaço e diferença: abordagens geográficas da diferenciação étnica, racial e de gênero**. Goiânia: Gráfica UFG, 2018. Disponível em: <https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/genero-e-diversidade-na-escola/conteudo/parte1/02.html>. Acesso em: 23 jan. 2023.

RIBEIRO, J. da S. **O chão da escola e as suas possibilidades: a disputa do currículo e a construção de uma Geografia Negra**. 2022. 184 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

SILVA, A. C. da. **As transformações da representação social do negro no livro didático e seus determinantes**. Projeto de Pesquisa de Doutorado, 2001. p. 1-32. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/2a80cecae02ccf0480b55db2e4f61cf6.PDF>. Acesso: 22 nov. 2021.

SILVA, C. C. L. da. Possibilidades geográficas: você sabia que existem “outras” Geografias? In: GUIMARÃES, G. F.; OLIVEIRA, D. A. de. (Orgs.). **Geografias Negras e Estratégias Pedagógicas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. p. 41-52.

SOUZA, L. F. de. A lei 10.639/03 e o ensino de Geografia: possibilidades em prol da equidade racial. *In*: ALVES, A. O.; KHAOULE, A. M. K. (Orgs.). **A Geografia no cenário das políticas públicas educacionais**. Goiânia: C&A Alfa & Comunicação, 2017. p. 211-230.